

A REFORMATÇÃO NUMA ENCRUZILHADA DE ALTERNATIVAS

Prof.^a Maria Luísa Cabral

Diretora de Serviços de Aquisições, Processamento e Conservação da Biblioteca Nacional de Portugal

Resumo

Muitas bibliotecas e arquivos iniciaram o processo de reformatação para facilitar o acesso. Mais tarde a reformatação ganha novo folêgo para fazer face aos problemas do papel ácido. Mas a reformatação varia de peso conforme o tipo de bibliotecas. Mesmo quando a reformatação é indispensável é preciso justificá-la quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista financeiro. Feita a opção pela transferência de suporte é preciso analisar os documentos gráficos e seleccionar os que serão reformatados porque nem sempre a resposta é óbvia. As alternativas para a transferência de suportes podem complementar-se ou atropelar-se mas os interesses dos leitores e das instituições, nem sempre convergentes, têm de se equilibrar. Fornecer informação de forma eficaz requer a ponderação de muitos factores porque não se trata nunca de um jogo.

1. A reformatação em diferentes tipos de instituições

Julgo não me enganar ao afirmar que a verdadeira preocupação com a reformatação, no sentido de salvaguardar a longo prazo o conteúdo dos documentos, se instalou quando na década de 80, isto é, quase trinta anos atrás, os bibliotecários de então, com especial relevo para os da Library of Congress, se aperceberam que 25% das suas colecções estavam em risco de se perderem definitivamente por causa da acidez do papel. Era o síndrome da “neve amarela”. Outras bibliotecas se seguiram e a conclusão foi sempre a mesma. Os estudos e levantamentos então realizados ditaram o veredicto: aquele suporte não oferecia garantias de durabilidade, degradava-se silenciosamente nas estantes e, manuseado, esfarelava-se entre os dedos. Tornava-se absolutamente indispensável substituí-lo para proceder à respectiva transferência de conteúdo. Poderíamos abdicar do formato, do contacto físico com o papel, do seu cheiro e textura. Uma coisa, porém, não nos atrevíamos a perder: o conteúdo informativo fixado sobre o papel. Entre livros impressos, manuscritos e jornais, talvez tenha sido o estado de conservação dos jornais que maior alarme causou.

Mais tarde, já na década de 90, a este cenário catastrófico, veio juntar-se a identificação de outro problema não menos assustador: o das tintas ferrogálicas. Os documentos gráficos estavam efectivamente em risco de se perder mas, afinal, a qualidade do papel não era a única responsável. O problema das tintas ferrogálicas a afectar dramaticamente manuscritos e gravuras dos autores mais obscuros aos mais famosos como Rembrandt, logo bibliotecas, museus e arquivos, revelava-se impiedoso e obstinado, abria outra porta à investigação enquanto exigia acção imediata e eficaz.

À constatação feita pela Library of Congress seguiram-se todas as outras grandes bibliotecas do mundo; em todas, a situação era idêntica: 25% do património documental gráfico ameaçava deteriorar-se irremediavelmente sob o olhar incrédulo dos seus conservadores. Esta voragem impôs, e continua a impor, estudo, investigação, grandes investimentos, planificação e o desenho de estratégias adequadas. E é aqui precisamente que se vem testemunhando uma grande cisão entre aquelas instituições (e países) com planos de trabalho orientados estrategicamente, com intervenções sustentadas e aquelas outras instituições (e países) com intervenções ao sabor das modas, das cores políticas, num conjunto de medidas irregulares a fazer-que-faz-mas-não-faz. Como em muitas outras áreas, também nas bibliotecas, nos museus e nos arquivos, o futuro tem de ser antecipado e sustentável; mesmo as questões aparentemente mais insignificantes devem ser analisadas e o seu tratamento projectado com visão. Não o fazendo, hipotecamos o futuro, frustamos as nossas expectativas profissionais e cívicas.

A microfilmagem era um processo muito bem conhecido das bibliotecas e arquivos mas a sua utilização visava, sobretudo, facilitar a consulta das espécies ao reunir e completar colecções e assegurar a consulta das espécies noutros locais que não aquele onde o documento existia. Fazia-se já a substituição do documento mas a plena consciência da sua utilização *in extremis* por causa da qualidade degradada do suporte é um desenvolvimento posterior. De certa maneira, podemos afirmar que o recurso massivo ao microfilme verdadeiramente como tábua de salvação foi a primeira manifestação de tratamento em massa dos acervos gráficos guardados nas nossas bibliotecas, arquivos e museus. Hoje temos outras formas de intervenção massificada,

como sejam, a desacifiação do papel, o reforço do papel ou mesmo a reintegração mecânica.

Sabendo nós porque fazemos estas opções de intervenções em massa, é preciso que percebamos que as nossas instituições não estão todas nas mesmas circunstâncias. As características e objectivos das instituições são diferentes determinando, assim, a urgência ou simples necessidade de envolvimento e o tipo de intervenção a garantir. Podemos começar, por exemplo, por eleger as áreas que são do foro nacional e para as quais precisamos de mobilizar os nossos recursos. São áreas da nossa competência e responsabilidade e que nada, mesmo nada, nos pode levar a fazer concessões. Pondo de parte qualquer veleidade bairrista, há colecções que se prendem com a nossa própria história e identidade cultural e que, por isso mesmo, nos reservam um espaço no grande *forum* das nações. O caso dos jornais exemplifica bem o meu pensamento: com edições regionais, reproduzindo fielmente as preocupações e os factos de cada dia da comunidade local, não podem ser abandonados à deterioração inevitável. A sua salvaguarda e conseqüente disponibilidade noutra suporte representa a nossa moeda de troca, a nossa contribuição na construção do ideal democrático.

Depois, já dentro das fronteiras, a competição entre instituições deveria, com maior benefício, ser substituída pela complementaridade e colaboração. É frequente assistir ao despique até à exaustão sem nenhuma vantagem. Estando claramente definidas competências e atribuições, cada instituição saberá muito bem até onde pode ir, como pode ir, quando deve ir. Não haverá lugar a duplicações ou a dispêndio inútil de energias e recursos. Em princípio, todas as instituições com conjuntos de documentos gráficos são sérias candidatas a disporem e recorrerem a suportes alternativos. Os seus clientes continuarão fiéis desde que obtenham a informação, o acesso, as respostas que pretendem. A alma do negócio apresenta-se como a capacidade de fornecer informação. Se as instituições não estiverem à altura deste negócio, as entidades responsáveis não hesitarão, antes de mais nada, em lhes reduzir os orçamentos tornando-lhes a vida num inferno para, depois, como último recurso, as encerrar. Apesar da ameaça ser real, as bibliotecas, os arquivos e os museus não podem ceder a qualquer preço. Como assim, “a qualquer preço”?

Recorro ao exemplo das bibliotecas onde me sinto mais à vontade. Na grande e ilustre família das bibliotecas, em termos gerais, poderemos começar por considerar o grupo de bibliotecas públicas e escolares, abertas, amigáveis, convidativas; depois, outro grupo muito significativo e de grande impacto que é o das bibliotecas do chamado “ensino universitário ou para-universitário”; e, finalmente, um terceiro grupo, o das bibliotecas eruditas no qual incluímos as bibliotecas nacionais e as bibliotecas de sociedades históricas e científicas, com colecções muitas vezes constituídas ao sabor pessoal de personalidades, de acesso um pouco restrito. São, pois, muitos os grupos e os níveis; ninguém está à espera que todos eles desenvolvam com idêntica intensidade e empenho uma política de reformatação. As diferenças começam exactamente pelo assumir da sua missão, pelo reconhecimento dos seus objectivos e pela avaliação dos seus recursos técnicos, humanos e financeiros.

Uma biblioteca escolar para satisfazer as suas necessidades curriculares, para incutir o espírito científico e para incentivar o gosto pela investigação, poderá munir-se de microfimes ou de informação digitalizada (de origem ou recolhida na Internet) como meio de enriquecer a colecção da sua biblioteca. Nestes casos, não estamos a falar de política de reformatação mas apenas do enriquecimento das ferramentas educacionais tornando-as numa verdadeira mais valia para os alunos. Na minha opinião, a este nível, qualquer suporte é importante, todos os suportes desempenham o seu papel sendo que a sua organização, existência e disponibilidade é completamente lateral à escola.

Com as bibliotecas públicas, a situação pode adquirir rapidamente outro cariz. Há bibliotecas públicas com longa história ligadas aos gabinetes de leitura do século 19, logo, com núcleos históricos muito ricos, bibliotecas com um grande enraizamento local, orgulhosas do seu património. Nestas bibliotecas, o caso muda completamente de figura e é mais do que evidente que os seus técnicos vão ter de ponderar com cuidado o caminho a seguir. Reformatar o quê, para quê.

Nas bibliotecas que apoiam o ensino universitário ou para-universitário, o cenário idêntico: também se encontram conjuntos documentais com valor único que importa avaliar com vista à transferência de suporte. Contrastando com as bibliotecas públicas, talvez as bibliotecas universitárias tenham mais peso, encontrem argumentos mais ponderosos o que não dispensa uma avaliação sobre os fins da transferência de

suporte e os meios disponíveis para a sua execução. De qualquer modo, parece sempre mais fácil esgrimir com esses argumentos num meio universitário e académico do que nas bibliotecas públicas até porque as tutelas respectivas terão sensibilidades e preocupações distintas.

Escusado será dizer que, para as bibliotecas eruditas, patrimoniais por excelência, não se coloca a discussão sobre a necessidade absoluta de garantir a transferência de suporte. A discussão apenas acontece à volta do tipo de reformatação a adoptar, na sua oportunidade, nas tarefas que essa opção vai exigir, nos meios indispensáveis para a sua realização. De certa maneira, para as chamadas bibliotecas eruditas o dilema não existe; garantir a transferência de suporte passou a fazer parte da “ementa”. Falta acertar o cardápio, as quantidades; afinar o tempo e os meios. Só aparentemente se pode afirmar que as bibliotecas eruditas estão numa posição confortável ou invejável. Por definição, as bibliotecas eruditas reúnem tudo quanto há de mais valioso em matéria de documentos gráficos sejam eles impressos ou manuscritos. Com o exclusivo objectivo de preservar ou apenas preocupadas com a nobre missão de abrir ao exterior e divulgar, as bibliotecas eruditas – entre as quais se destaca sempre a biblioteca nacional – pagam agora com pesados juro a sua ambição e o seu pendor coleccionista. Aplica-se com ironia aqui o ditado “quanto maior o barco maior a tormenta”.

2. Fundamentar a necessidade da reformatação

Falemos agora da verdadeira reformatação porque é isso que importa. Técnica e teoricamente, pode garantir-se a reformatação ou transferência de suporte de qualquer documento gráfico. Na prática sabemos que não conseguimos nem podemos. Para quem está fora das questões técnicas, esta posição é derrotista. Não partilho dessa opinião. Não conseguimos fazer a transferência de suporte de todo o nosso acervo porque os meios serão sempre insuficientes em relação à dimensão da tarefa e, sobretudo, porque isso não faz sentido nem nos interessa. Num arquivo ou numa biblioteca teremos sempre de saber equacionar as várias soluções técnicas disponíveis, adequando os documentos à solução consoante o problema. Independentemente do ângulo através do qual olhemos a colecção, a perspectiva tem de ser global. Não se pode prosseguir a microfilmagem, sem pensar na desacidificação; não se pode encadernar sem pensar no abate e substituição de peças.

Nem todas as peças das nossas colecções justificarão a reformatação; nem todas as peças a pedir uma transferência de suporte quererão o mesmo tipo de solução técnica porque a escolha daquela dependerá do objectivo definido em cada circunstância. A transferência de suporte poderá ter como objectivo a **difusão sem limites** ou a transferência de suportes poderá ter como principal objectivo a **preservação por tempo indeterminado** do conteúdo dos documentos. É verdade que esta diferença se vai esbatendo cada vez mais por causa dos desenvolvimentos tecnológicos e também porque os documentos disponíveis electronicamente reduzem, ou evitam de todo, o contacto com os originais, logo, colaboram na preservação destes. Teoricamente, esta é a situação. Porque é que no dia a dia é tão difícil resolver os problemas?

Consigo distinguir várias causas. Antes de mais nada, o pânico da **mudança**, a resistência à mudança. É difícil aceitar mudar e é difícil impor a mudança. O microfilme, as rotinas com o microfilme são bem conhecidas – desde a preparação do material, à execução, ao fornecimento à consulta, arrumação, equipamentos – tudo parece estar controlado. O microfilme inspira confiança e, mesmo nas piores circunstâncias, sabe-se que até se consegue ler o microfilme sem máquina adequada se aquele tiver sido feito segundo parâmetros de qualidade, isto é, com a redução certa. O microfilme não exige grandes investimentos, conhece-se antecipadamente o resultado, é fiável. Há décadas que é assim, tem cumprido a sua obrigação, porquê mudar agora?

Depois, os **custos**. Os custos do microfilme estão à vista: tanto por cada imagem, tanto para armazenar, pouco ou nada para utilizar uma vez que a tecnologia básica das máquinas de leitura é desde há décadas a mesma. Para quem tenha tido a sorte de visitar a New York Public Library pode atestar que esta é o maior *showroom* de leitores de microfilme com modelos velhos de muitas décadas em pleno funcionamento. Com certeza que os orçamentos das instituições têm de incorporar as despesas da microfilmagem mas todos os procedimentos e resultados da microfilmagem são previsíveis e tudo está sob controlo: planeia-se fazer tantas imagens que serão arrumadas num determinado espaço para cuja leitura serão precisas tantas máquinas. Uma vez, estes aspectos definidos, a engrenagem montada e a funcionar, podemos então dedicarmo-nos a outras tarefas quaisquer que o curso dos acontecimentos não nos perturbará.

Será que eu posso invocar a mesma confiança com a digitalização? Onde é que as soluções são idênticas, onde é que elas são diferentes? Em que ponto é se chocam, quando é que se complementam?

Antes de mais nada, os **custos de execução**. Não constitui invenção nem exagero revelar que um mesmo número de imagens pode levar uma semana ou duas a mais a ser digitalizado do que a ser microfilmado. Custos de execução, pois, com directa repercussão sobre a peça, no seu estado de conservação porque se, por vezes, a demora se prende apenas com uma afinação da cor, sobretudo no caso das ilustrações, noutros casos esse acerto exige mesmo novo disparo da câmara, obrigando ao manuseamento intensivo da peça, até à sua exaustão, submetendo-a a tratos sem consideração por um eventual estado de fragilidade e sujeitando a peça a um excesso de luz a todos os títulos impróprio para a sua conservação. Ou seja, aos custos directos da execução há que somar os custos indirectos difíceis de medir mas inegáveis.

Depois, a **sustentabilidade**. Eu diria que este é, para mim, o verdadeiro “calcanhar de Aquiles” da digitalização. Os documentos gráficos digitalizados exigem armazenagem e sucessivas migrações e/ou emulações de forma a contornar a obsolescência tecnológica. O desenvolvimento tecnológico a isso obriga e os especialistas norteamericanos, mais à vontade nestas questões que quaisquer outros, não negam a existência e perigo real destas ratoeiras. Para muitos de nós, a tecnologia tira com um avanço o que proporcionou com o anterior. Ao avançarem para grandes projectos de digitalização, as instituições têm obrigatoriamente de equacionar a questão vital do armazenamento e da sua permanente actualização. Não precisarei de sublinhar que estamos a falar de poderosos investimentos financeiros para não mencionar os correspondentes recursos humanos e técnicos. Poderosos investimentos financeiros que não podem acontecer só de vez em quando. Os recursos financeiros a este nível têm de ser constantes, ano após ano. Em muitas das nossas instituições, talvez os planos de desenvolvimento possam ser aprovados para os próximos 5 ou 10 anos mas isso não impede uma confirmação dos financiamentos em cada ano. E estes, quem é que se vai comprometer por eles?

Fosse o armazenamento dos documentos digitalizados coisa fácil e imediata, e as dúvidas dissipavam-se. De momento, o que sabemos e experimentamos, é uma sensação de incerteza e insegurança que nada tem de pessoal. Então, se ao nosso esforço de preparação dos documentos, somarmos os custos para a execução e depois tudo não passar duma imensa expectativa por concretizar? A quem vamos pedir contas? Aos responsáveis, voláteis como a política? Teremos de repetir tudo outra vez alguns anos depois? Quem vai pagar? Onde vão chegar os apoios e os recursos? Quem é que pretendemos enganar?

Para meu grande desespero, não consigo encontrar respostas a estas questões. A minha margem de manobra é pequena porque os orçamentos são sempre curtos, porque a tradição burocrática e administrativa continua a impedir a adopção de medidas viradas decididamente para o futuro. Tenho medo desta situação e não o escondo. Por razões éticas, tenho obrigação de melhorar o acesso às colecções mas a minha ligação estreita à conservação, por vezes, paralisa-me. Porque se não houver forma de migrar ou de emular a informação memorizada, a única saída é recorrer novamente aos documentos originais com todo o ciclo de trabalho que implica, com todos os custos que arrasta.

Entre a microfilmagem e a digitalização, esta ganha aos pontos em qualidade da reprodução (cor, definição), na pesquisa (indexação) e na utilização (multiposto e distância). São, portanto, as questões técnicas e financeiras que me fazem ponderar; não o processo de digitalização em si. Uma tecnologia nova não torna automaticamente obsoleta a anterior. A televisão não eliminou a telefonia da face da Terra; o telemóvel não sobrevive à custa do telefone fixo; o livro impresso não fez desaparecer os manuscritos; o documento electrónico não ditou o fim do livro impresso. Não é, pois, obrigatório que a digitalização acabe com a microfilmagem. Só uma coisa é obrigatória: é que definamos o espaço que cabe a cada uma destas alternativas da forma mais eficaz tanto do ponto de vista do cumprimento dos objectivos das bibliotecas e arquivos como do ponto de vista da satisfação dos seus utentes como ainda do ponto de vista económico. Cometeremos um pecado imperdoável se nos deixarmos fascinar pelo brilho de alguns projectos bem sucedidos ou se nos deixarmos iludir pelos falsos profetas. Cada arquivo, cada biblioteca, no momento do embarque,

merece uma avaliação que lhe distinga claramente os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças.

3. Partir para um processo de selecção

Sejam quais forem as dúvidas, seja qual for a conjuntura em que as nossas instituições estejam envolvidas, por razões éticas julgo que devemos com o máximo rigor e objectividade equacionar o problema e começar a escrever numa folha de papel as perguntas incómodas a que é indispensável responder. Preto no branco, o momento da verdade. Vou socorrer-me do trabalho de Hazen referido na bibliografia que continua a parecer-me actual e válido. Este trabalho foi concebido para a digitalização mas não consigo vislumbrar nenhum factor de carácter geral que impeça o mesmo esquema de ser aplicado à microfilmagem. Assim para arrumar as nossas ideias, consideremos

1º - Valor informativo – A transferência de suporte custa dinheiro. Estamos seguros do valor informativo dos documentos cuja transferência está a ser pensada? Não tendo, é melhor desistir. A transferência de suporte é bem vinda mas a análise custo-benefício deve calar qualquer dúvida;

2º - Melhorar e/ou facilitar o acesso – A transferência de suporte não pode ser olhada como um simples jogo. As instituições gastam dinheiro a fazê-la; os utilizadores têm enormes expectativas. Se o acesso não ganha nada com isso, é melhor não continuar;

3º - Transferir, para quê – No caso da microfilmagem, para garantir a preservação a longo termo. No caso da digitalização, para poupar o manuseio dos originais ou para proporcionar novas ferramentas de pesquisa ou para alargar a oferta. Depois de confrontar dados, a certeza sobre a necessidade da transferência aumentou. Prosseguir então parece ser a resposta inevitável. Pelo contrário, se as dúvidas se acumularam, parar enquanto é tempo;

4º - Não vale a pena duplicar e/ou repetir – É indispensável verificar se a transferência de suporte que estamos a planear não vai chocar com outros produtos que respondem às necessidades identificadas, existam estes na nossa instituição ou noutra. Aqui, mais do que noutra fase qualquer, a cooperação inter institucional tem um enorme papel a desempenhar. Havendo no mercado instrumento equivalente, nem pensar em prosseguir:

5º - Direitos de autor – É absolutamente indispensável assegurar que os direitos de autor foram acautelados. Não conseguindo regularizar esta situação, o melhor mesmo é desistir;

6º - A tecnologia disponível – Não podendo contar com tecnologia de primeira qualidade, vale a pena repensar na oportunidade do projecto. Repetir no futuro pode ser impossível por falta de meios ou de tempo. Fazer que faz e não faz, é um mau princípio. Pelo contrário, os recursos humanos existentes são os adequados, o financiamento está assegurado, as infraestruturas estão operacionais. Então, avançar é a palavra de ordem. No caso concreto da digitalização, não esquecer de equacionar a hipótese de digitalizar microfímes já existentes. Adquire-se prática com as novas soluções tecnológicas e podem conseguir-se bons níveis de eficácia (gestão de recursos humanos e financeiros, satisfação do cliente, concretização de objectivos institucionais). Se a tecnologia disponível não estiver à altura do pretendido, se houver dúvidas sobre o controlo de qualidade, sobre a indexação a garantir (metadata), sobre a forma de arquivar o produto da digitalização ou outras questões, então, sinceramente, é melhor parar e repensar o projecto quer redimensionando-o quer revendo as infraestruturas. Em qualquer circunstância, ser arrastado para um projecto de transferência de suporte porque é moda, porque sofremos pressões de toda a natureza, não. Podemos sofrer pressões que quase dão cabo de nós; acontece com maior frequência do que desejaríamos e a minha experiência diz-me que situações destas acontecem em todo o lado embora com uma diferença: nas bibliotecas e arquivos com menores recursos e menos pessoal qualificado, o risco aumenta tremendamente e quando aparece uma coisa nova, por falta de recursos para atender o velho e o novo, larga-se o velho e pega-se atabalhoadamente no novo. Depois, nem velho nem novo.

Estou em permanente contacto com colegas de grandes bibliotecas europeias que investem muitíssimo em investigação e desenvolvimento, que têm equipas altamente especializadas, que andam nisto há gerações. Também acompanho o que os colegas norte-americanos fazem e escrevem. Entre Europa e Estados Unidos da América do Norte, não conheço nenhuma biblioteca ou nenhum arquivo que tenha largado a microfilmagem e abraçado a digitalização em clivagem absoluta. Como com a telefonia e a televisão, cada tecnologia entra em cena no seu tempo, definindo o seu próprio território e avançando. Julgo que só temos de fazer o mesmo.

4. Conversão e convergência entre alternativas

É interessante constatar que grandes projectos europeus continuam a recorrer ao microfilme como, por exemplo, o projecto Metamorfoze liderado pela Biblioteca Real da Holanda e responsável pela preservação de manuscritos, livros, jornais e revistas de origem holandesa entre 1840 e 1950. Enquanto este projecto avança, a mesma Biblioteca Real vai também desenvolvendo a sua própria capacidade e intervenção em matéria de digitalização. É, quiçá, ainda mais interessante registar a recente opção dinamarquesa de não abandonar o microfilme no tocante à preservação da herança cultural gráfica. Ou, constatar os planos de microfilmagem da Bibliothèque Nationale de França que não impedem o continuado enriquecimento da sua biblioteca digital disponível *worldwide*. A lição que sempre fui retirando destes e doutros casos que conheço é que grandes bibliotecas vão calmamente incorporando as novas tecnologias sem deslumbramentos. Note-se bem que as bibliotecas referidas não são umas bibliotecas quaisquer: são bibliotecas com poderosas estruturas, com grupos de trabalho e de investigação dedicados a tempo inteiro e em exclusivo a uma tarefa, bibliotecas que viram planos e correspondentes orçamentos aprovados para vários anos. Ano após ano, sabem de antemão as verbas com que contam, definem uma estratégia, planeiam e naturalmente cumprem. Bibliotecas que não disponham de uma organização semelhante, parece-me, terão de ser mais timoratas. Terão de avançar com cuidado e devagar embora não devam (ou possam) desistir.

É talvez oportuno deixar claro que para as bibliotecas que estão verdadeiramente na linha da frente, como acontece com as bibliotecas universitárias norte-americanas, as preocupações já ultrapassaram este estágio. O que agora as preocupa é a preservação da informação digital produzida por elas próprias ou capturada na Internet dado o volume desta e o seu carácter volátil e efémero. Como capturar? E capturar o quê? Como seleccionar? Como dividir, partilhar e atribuir tarefas? Como arquivar? Com que garantias? Não nos chegava um combate desigual em matéria de infra estruturas como agora corremos o risco de perder completamente o acesso e o controlo da informação. Como se percebe, a questão adquire contornos que ultrapassam largamente o domínio da tecnologia.

Meia dúzia de anos atrás não seria fácil imaginar que se tornaria comum digitalizar a partir do microfilme. Esta solução, designada como *first film option* resolve muitos problemas e não provoca as inevitáveis situações delicadas que se prendem com a preservação do conteúdo (será que a digitalização é segura?) ou com a conservação das espécies (não precisamos de as utilizar de novo). Muitas bibliotecas poderão proporcionar o acesso remoto a significativos conjuntos documentais transformando um suporte já existente (microfilme) num outro que é uma poderosa ferramenta para a investigação (digitalização). O processo técnico é simples, rápido e fiável. Uma vez executada aquela transformação, o novo suporte pode ser arquivado e/ou enviado pela Internet para o cliente mais longínquo. Esta solução expedita permite às bibliotecas e aos arquivos constituírem um outro tipo de acervo ou simplesmente satisfazer os pedidos dos clientes substituindo as fotocópias de microfilme por informação em suporte electrónico.

Para mim, esta solução está interiorizada; o que me deixou estupefacta foi saber que também começa a haver procura para transferir informação do suporte digital para microfilme numa tentativa desesperada de não perder informação que corre o risco de ser vítima da obsolescência tecnológica. Segundo um grande construtor europeu destes equipamentos, o negócio promete. Não posso adiantar mais porque me falta informação mas a confirmar-se o que acabo de vos transmitir, tudo isto revela uma incerteza e uma insegurança cujo desenlace será muito interessante de acompanhar. Claro que não estou a pensar que a digitalização vai regredir; nada disso. O que me parece é que talvez revele que algumas instituições foram demasiado optimistas sentindo agora necessidade de arrepiar algum caminho. E transcrevo Anne Kenney depois de traduzir

“Nos anos 80 e 90, os programas de preservação desenvolveram-se para enfrentar uma ameaça séria (o papel ácido) e os programas puderam contar com uma metodologia segura (o microfilme). A ameaça de hoje – a obsolescência digital – provoca ainda maior pressão mas as bibliotecas estão confusas com a falta de clareza acerca de como e quando devem fazer preservação no domínio do digital”

in Access in the future tense, p. 25 [cf. Bibliografia]

Ao popularizar-se a possibilidade de passar do microfilme para a digitalização, logo se levantaram vozes a clamar que os únicos microfilmes passíveis dessa operação seriam os chamados “microfilmes de preservação” feitos segundo padrões técnicos muito rigorosos. Quem não tivesse destes microfilmes, deveria desistir e ficava pelo caminho. Na realidade, quanto melhor for o microfilme melhor será a sua reprodução mas não aceitamos que a falta de qualidade óptima do microfilme nos obrigue a desistir. Com a nossa desistência, as oportunidades sobejariam para terceiros.

Esta opção mista poderá não ter sido deliberada por parte dos bibliotecários e arquivistas desde o início. A sua aplicação surge numa fase posterior da reformatação mas não deixa, por isso, de ser uma solução inteligente e oportuna. Resolve o problema do **acesso remoto**. Para satisfazer os clientes a partir dos microfilmes, uma biblioteca ou um arquivo viam-se obrigados a reproduzir para fotocópia as páginas solicitadas. Mesmo o leitor-reprodutor mais rápido disponível no mercado é dum lentidão enervante. Como se isso não bastasse, meia dúzia de pedidos são o suficiente para engarrafar qualquer serviço de atendimento o que provoca um terrível mal estar no departamento e entre departamentos. Um problema sem solução à vista. Transformar microfilme já existente em imagens digitais **aproveita o manancial informativo em armazém** e **evita que se recorra mais uma vez aos originais**. A conservação e as colecções só podem ficar gratas. Importa também sublinhar que esta solução **reduz custos de produção** uma vez que recicla um suporte alternativo já existente. Por fim, e será certamente verdade em muitas instituições, permite a **aprendizagem e prática** com um novo tipo de suporte sem pôr em perigo os documentos originais.

Claro que a outro nível, a opção *first film option* pode ser deliberadamente introduzida com um sentido estratégico. Reformatar determinados núcleos para microfilme – os jornais parecem ser muito populares – para depois repescar apenas parte deles por maior interesse ou para atender a pedidos mais frequentes. Seja qual for a verdadeira razão para esta transferência microfilme-digitalização, um autêntico “ovo de Colombo”. Procedendo assim, as instituições podem com rapidez digerir quilómetros de estante digitalizando os documentos de manifesto maior impacto público ainda que apenas numa fase posterior da cadeia de montagem.

O que se desenrola à nossa frente é confuso; as soluções parecem sobrepor-se e atropelar-se. Há que fazer um esforço para esfriar a cabeça e as emoções e tentar ganhar perspectiva. Abraçar mais e mais soluções numa forma espontânea e voluntarista não parece tirar arquivos e bibliotecas da aparente armadilha em que se encontram. Partindo da minha experiência e tentando aprofundá-la, julgo que poderíamos seguir o seguinte raciocínio nunca esquecendo a nossa preocupação última de fornecer informação:

- Analisar as colecções para perceber o estado das colecções, o tipo de problemas, logo, as soluções mais adequadas a adoptar. Possivelmente, identificaremos três níveis de actuação: 1. os núcleos a pedir tratamento físico (desacidificação, encadernação, restauro); 2. os núcleos a pedir reformatação (quais os mais adequados à microfilmagem e aqueles mais indicados para digitalização); 3. a informação na Internet para a qual é urgente equacionar a questão da pesquisa, selecção, captura e armazenamento
- Os documentos que forem encaminhados para intervenção física têm de ser interessantes como artefactos. As intervenções desta natureza são dispendiosas por causa da mão-de-obra e por isso se exige rigor na selecção. Sobretudo as peças que vão para encadernação ou restauro
- Havendo tradição institucional de microfilmagem, prosseguir aperfeiçoando sempre a execução tendo como meta a produção do chamado “microfilme de preservação”
- A partir dos documentos microfilmados, iniciar a sua digitalização de acordo com a previsível procura e interesse
- Seleccionar materiais para digitalização. Organizar núcleos não muito grandes, ganhar prática e domínio da tecnologia. Não duplicar a transferência de materiais previamente microfilmados
- Analisar com profundidade a questão do arquivo digital. A intervenção dos técnicos de informática nesta fase é crucial e a sua responsabilidade tem de ser pública
- Garantir a disponibilidade permanente dos materiais digitalizados. Se os documentos digitalizados não forem colocados na Internet, o processo é completamente atraído e os investimentos tornam-se alvo fácil de críticas

- Iniciar (ou aprofundar) a política e os procedimentos para a pesquisa, selecção e captura de informação na Internet. Lançar ao mesmo tempo todos os procedimentos necessários ao arquivo desta informação uma vez que esta informação variável e fluida também constitui herança cultural.

Não referi definição de estratégias, planeamento, montagem de infraestruturas técnicas, formação e contratação de pessoal, orçamentação. São dados subjacentes sem os quais qualquer das linhas de actividade enunciadas cai por terra. A encruzilhada em que todos nos encontramos exige, de tempos a tempos, um distanciamento. Em plena encruzilhada, o cenário está bastante nublado e cinzento. É preciso perguntar o que está a acontecer, redefinir o que cada instituição quer, qual a sua visão e os seus objectivos, reavaliar as tecnologias disponíveis, rever as potencialidades institucionais, valorizar os pontos fortes sem minimizar os pontos fracos e, finalmente, ter a coragem de dizer é por ali que vou.

5. Equipamentos para todas as circunstâncias

Há sectores da actividade profissional de bibliotecários e arquivistas que se constroem à volta de muito equipamento. O sector da reformatação é um deles exigindo de quem por lá trabalha uma grande disponibilidade e apetência. Esta exigência é compensada com as novidades e o constante desafio. Aparece sempre mais algum equipamento que nos fascina e surpreende. Talvez não seja uma notícia mas não deixarei de referir uma máquina de microfilmar e digitalizar que apareceu no mercado há pouco tempo. À primeira vista, a máquina parece ser uma microfilmadora vulgar mas está munida de duas cabeças (para produção a cores, será uma cabeça e um digitalizador que desliza) permitindo uma operação dupla quase em simultâneo (primeiro microfilma, logo a seguir digitaliza, página a página). De repente, a reformatação mista entra pela porta dentro colocando ponto final a algumas dúvidas embora venha provocar algum debate.

Para mim, como alguém responsável pela preservação e conservação das colecções, esta máquina acaba com parte das minhas angústias sobre o manuseio excessivo e repetido das obras. A obra é submetida apenas uma vez aos requisitos da máquina e volta, depois, em paz para o depósito. Havendo tempo, poderá ter a oportunidade de

ser acondicionada em caixa própria, ganhando então o descanso merecido. Por este lado, é positivo. Qual é então o lado menos bom?

Nem tudo quanto é microfilmado justificará ser também digitalizado. Claro que não precisamos de activar esse procedimento em simultâneo. Verdade. Mas, nesse caso, a instituição fez um investimento (qualquer coisa como 100.000 dólares americanos) que só lentamente será recuperado. Bom, aqui volta-se à questão do planeamento e da própria selecção das peças. A correcta utilização de tal máquina vai exigir muitíssimo mais atenção na fase da selecção das peças para reformatação. A selecção terá obrigatoriamente de ser criteriosa, não casuística. Conforme o estado das colecções, conforme os objectivos institucionais, conforme as expectativas dos leitores. Haverá peças apenas para microfilmar, peças para digitalização exclusivamente ou, então, peças a merecer uma reformatação mista na antecipação de altos índices de procura. Rapidamente, o cenário muda. E se não muda por iniciativa dos bibliotecários e arquivistas, muda porque a tecnologia não concede tréguas. Esta transformação alterará a variedade da oferta, afectará a organização de colecções e catálogos, implicará reorganização na armazenagem, exigirá uma preparação orçamental distinta da anterior, obrigará a repensar as necessidades em pessoal.

Ao mesmo tempo, convém continuar numa postura realista e não ignorar aquilo que pode ser um factor negativo de peso e que se prende com o processo de execução. Por regra, a microfilmagem é de execução bem mais rápida do que a digitalização. Em condições normais, com o que conhecemos hoje, um operador de microfilmagem altamente qualificado consegue executar 1.200 fotogramas (páginas com texto ou com ilustrações) num dia normal de trabalho; em condições idênticas, um técnico de digitalização executa, no máximo dos máximos, metade desse número a preto e branco, ou seja, num dia normal de trabalho, produzirá 600 imagens. Se estivermos a falar de imagens a preto e branco porque se as imagens forem a cores – e este é o campo de actuação por excelência para a digitalização – num dia normal de trabalho recolhemos, na melhor das hipóteses, 10 imagens. Há quem faça mais, eu sei. Já testemunhei as duas situações; prefiro a mais lenta. Ou seja, a captura da imagem, neste modo misto, só é em simultâneo na medida em que a peça está ali, a sofrer tudo o que há a sofrer por uma vez. É bom, é mau? Receio que do ponto de vista da

conservação não seja o ideal mas, se calhar, teremos de conviver com esta contrariedade.

Depois de tudo quanto equacionei, de todas as hesitações que não escondi, julgo poder concluir alguns pontos. Antes de mais nada, estes desenvolvimentos colocam muita pressão sobre bibliotecários e arquivistas mas cabe a estes aceitarem a situação com algum *fair play* contribuindo de forma inteligente para desatar o laço que os envolve. Não o fazendo, alguém o fará por nós. Depois, a assunção de que é indispensável a colaboração interdisciplinar. Arquivistas, bibliotecários e conservadores conhecem, por um lado, as colecções, sabem até onde elas podem ir e, por outro lado, conhecem os leitores e as suas expectativas. Estão, assim, numa posição privilegiada para nortear os caminhos da reformatação. Por último, cabe-lhes ainda a difícil tarefa de abrirem as portas ao diálogo e à colaboração com outros profissionais, mormente com os técnicos de informática. A reformatação tem tanto de gestão organizacional e das colecções como de tecnologia. Bem no cerne desta confluência, só o juramento profissional nos ditará as cedências ou as intransigências. Deveremos, pois, fazer um esforço.

BIBLIOGRAFIA

Access in the future tense. Washington DC, CLIR, 2004

HAZEN, Dan; HORRELL, Jeffrey; MERRILL-OLDHAM, Jan - Selecting research collections for digitization. Washington DC; Amsterdam, CLIR; ECPA, 1998

IFLA. Section on Newspapers - Microfilming for digitisation and optical character recognition: supplement to the Guidelines [Em linha]. Revisão em 15 de Abril de 2003. [Consultado em 25 de Agosto de 2004]

Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s39/broch/microfilming.htm>

OLTMANS, Erik – Cost models in digital archiving. Comunicação à Conferência Anual da LIBER, S. Petersburgo, Julho de 2004 [a publicar no LIBER Quarterly]

SMITH, Abby – Strategies for building digitised collections. Washington DC, CLIR, 2001

SMITH, Abby – Why digitise? Washington DC, CLIR, 1999

WEBER, Hartmut; DÖRR, Marianne – Digitisation as a method of preservation? Amsterdam; Washington DC, ECPA; CPA, 1997